

Resolução nº 6.886

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em sessão plenária realizada no dia 16 de janeiro de 2003, e

Considerando a necessidade de unificar a remuneração dos magistrados desta Corte, adequando-a ao disposto nas Resoluções 006/97, 007/2000 e 008/2002, todas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando os termos do art. 119, §2º da Constituição do Estado, que dispõe que os Conselheiros deste Tribunal terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do TJE;

Considerando o disposto nas Resoluções nº 235 e 236 do Supremo Tribunal Federal, de 10 e 19 de julho de 2002, respectivamente, e ainda o que estabelece o art. 93, inciso V da Constituição Federal;

Considerando decisão unânime de seus membros

RESOLVE:

I - O vencimento base dos Conselheiros deste Tribunal, fixado em R\$ 6.000,00 (seis mil reais), de acordo com a Resolução nº 006/97-TJE, alterada pela Resolução nº 011/98 e 017/2001, adicionado da vantagem assegurada no art. 93, III da Constituição Federal, não poderá ultrapassar o valor de R\$ 11.448,00 (onze mil quatrocentos e quarenta e oito reais).

II - Recebido o montante estabelecido neste artigo, os Conselheiros desta Corte de Contas somente farão jus ao afastamento de serviço (art.65, III da Lei Complementar nº 35/79).

III - Excetua-se do disposto no parágrafo anterior, a situação daqueles que se encontram no exercício de cargos de direção ou coordenação, os quais farão jus à gratificação de representação correspondente enquanto


III - As vantagens previstas nos itens I e II incidirão apenas sobre as parcelas permanentes da remuneração (vencimento e art. 95, III CF).

2 - Observa-se-á, ainda, o disposto no § 3º do art. 1º da Resolução nº 017/2001-TJE.

3 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação retroagindo os efeitos financeiros a 1º de junho de 2002.

4 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 16 de janeiro de 2003.


Conselheiro ALOISIO CHAVES
Presidente


Conselheiro HAROLDO JULIÃO DA GAMA


Conselheiro PAULO DOURADO


Conselheiro LAUDELINO SOARES


Conselheiro ALCIDES ALCÂNTARA


Conselheiro RONALDO PASSARINHO


Conselheira ROSA HAGE